

Contribuições do pensamento latino-americano para interpelar o desenvolvimento regional

Ana Cláudia Moser¹
Ivo Marcos Theis²

Resumo: O desenvolvimento pode ser entendido como um processo, como sucessão de fenômenos, do ato de proceder e, também, como um projeto, como projeção para o futuro, de empreendimento e de controle desse futuro. A produção teórica é significativa, das periferias aos países desenvolvidos. Propomos à reflexão sobre a forma como se produz conhecimento sobre desenvolvimento regional no contexto latino-americano. A hipótese é de que processos como o “colonialismo interno” também podem ser verificados na produção do conhecimento sobre desenvolvimento regional na América Latina. A impressão inicial é de um cenário marcado pelo uso de teorias oriundas dos países desenvolvidos ou teorias elaboradas desde a América Latina inspiradas em teorias externas. Nesse sentido, reafirma-se que o desafio de compreender o papel das práticas sociais na conformação do espaço segue atual e permite compreender desafios e implicações dos diferentes modelos de desenvolvimento na vida social.

Palavras-chave: Desenvolvimento Regional. América Latina. Pensamento Social Latino-americano. Colonialismo interno.

Contributions of Latin American thought to challenge regional development

Abstract: Development can be understood as a process, a succession of phenomena, from the act of proceeding, and also as a project, as a projection for the future, of undertaking and controlling that future. The theoretical production is significant, from the peripheries to developed countries. We propose a reflection on how knowledge about regional development is produced in the Latin American context. The hypothesis is that processes such as 'internal colonialism' can also be observed in the production of knowledge about regional development in Latin America. The initial impression is of a scenario marked by the use of theories originating from developed countries or theories developed from within Latin America inspired by external theories. In this sense, it is reaffirmed that the challenge of understanding the role of social practices in shaping space remains relevant and allows us to understand the challenges and implications of different development models in social life.

Keywords: Regional Development. Latin America. Latin American Social Thought. Internal Colonialism.

Sunbmetido em 29.07.2024; aprvado em 29.08.2024

1. INTRODUÇÃO

É possível definir ou caracterizar um pensamento social latino-americano? Quais são as implicações dos processos de colonização na construção do pensamento social nos países periféricos? Podemos falar em interpretações originais? Ao “importar teorias” para analisar a

¹ Doutorado em Desenvolvimento Regional na Universidade Regional de Blumenau (FURB); professora de Sociologia do Governo do Estado de Santa Catarina; e-mail: aninhamoser@gmail.com

² Doutorado em Geografia Humana (Eberhard-Karls Universität Tübingen/Alemanha), Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional/PPGDR da Universidade Regional de Blumenau/FURB; e-mail: ivotheis@gmail.com

realidade deixamos passar questões fundamentais presentes em nossas relações sociais? Diante do universo de possibilidades das discussões sobre desenvolvimento, não seria possível afirmar que, de alguma forma, esse debate se esgotou? Esses questionamentos representam um conjunto de reflexões sobre as quais nos propomos analisar nesse texto. O objetivo não está em apresentar conclusões definitivas sobre eles, contudo, é possível reunir aqui elementos para propor outros olhares para a produção do conhecimento sobre desenvolvimento regional.

O termo desenvolvimento, no sentido geral, pode ser considerado um termo popular na academia, visto que recorremos frequentemente ao uso dessa denominação para explicar e/ou justificar diversos processos e relações sociais. O desenvolvimento pode ser entendido como um processo, a sucessão dos fenômenos, do ato de proceder, também pode ser entendido como um projeto, uma projeção para o futuro, de empreendimento e de controle desse futuro. Partimos de conceitos que já dominamos para pensar uma possibilidade normativa para o futuro.

Utilizamos desenvolvimento para pensar os processos que envolvem a análises de mudanças sociais nos campos da economia e sociedade, para nos auxiliar a compreender as noções de modernidade e pós-modernidade, para dar conta dos reflexos ambientais de nossas escolhas e decisões no caminho do desenvolvimento econômico e modernidade, propondo uma alternativa sustentável, para lançar luz as dinâmicas territoriais dos processos de expansão do capitalismo, para conferir hierarquia em termos como subdesenvolvimento, entre outros. Enfim, recorremos ao desenvolvimento para sustentar um conjunto significativo de desafios sociais com os quais nos deparamos diariamente.

Consideramos aqui que pensar o desenvolvimento exige uma preocupação qualitativa, visto que corresponde a um processo de longo prazo que levou a transformações na vida das populações mais pobres nos países subdesenvolvidos e nas regiões periféricas. Como consequência, segue necessário refletir sobre desenvolvimento (Theis, 2008).

Diante desse contexto, a proposta aqui se concentra em refletir sobre o desenvolvimento e o desenvolvimento regional como elementos de uma produção teórica significativa e fruto de relações de poder próprias do desenvolvimento científico. Procuramos refletir sobre o (I) desenvolvimento desigual, (II) as contribuições do pensamento social latino-americano para refletir sobre o desenvolvimento regional, (III) a noção de colonialismo interno como possibilidade para problematizar a produção do conhecimento sobre desenvolvimento regional e (IV) possíveis alternativas para pensar o desenvolvimento regional na América Latina.

Os recursos metodológicos são norteados pela abordagem qualitativa que possibilite a reflexão acerca das contribuições pensamento social latino americano para pensar o

desenvolvimento regional. A perspectiva dialética se apresenta como possibilidade para interpretação das dinâmicas entre espaço e tempo, local e global, particularidades e universalidades. Analisar aspectos do desenvolvimento regional brasileiro à luz do desenvolvimento geográfico desigual e apresentar contribuições do pensamento social latino americano que possam lançar luz sobre elementos do desenvolvimento regional como categoria que não foi capaz de promover mudanças significativas no padrão de desenvolvimento econômico e social capitalista ou fazer frente as desigualdades regionais. Especialmente no sentido da compreensão da produção das escalas espaciais e a produção da diferença geográfica e, conseqüentemente, da hierarquia de escalas espaciais que organiza as atividades humanas (Harvey, 2004; Harvey, 2005). Para dar conta de tal análise destaca-se o uso de procedimentos como o método histórico e comparativo e a técnica de pesquisa bibliográfica.

2. O DESENVOLVIMENTO NO CONTEXTO LATINO-AMERICANO

A produção teórica acerca do desenvolvimento é significativa. Das periferias aos países desenvolvidos, diversas áreas produzem estudos acerca do desenvolvimento. No cenário do pensamento social latino-americano o termo figura como elemento central de parte significativa das análises a partir da metade do século XX e sua recepção e crítica impulsionam trabalhos e críticas desenvolvidos desde então.

A relevância do desenvolvimento para as ciências humanas e sociais na América Latina contribui para identificar o elemento que agregou o que podemos chamar de pensamento social latino-americano. As análises sobre desenvolvimento contribuíram para além dos estudos específicos, impulsionando a produção de conhecimento em áreas próximas.

O conceito de desenvolvimento – ligado ao subdesenvolvimento – é de tal relevância que contribui de maneira significativa para outorgar um caráter específico ao pensamento latino-americano, em especial ao pensamento econômico e político da região. O conceito e o tema do desenvolvimento constituíram, na verdade, o que hoje entendemos por pensamento latino-americano. E o constituíram em diversos sentidos, na medida em que impulsionaram as Ciências Sociais a criarem uma institucionalidade e um tipo de produção intelectual quase inexistente em 1950. Por isso, é óbvio que este tema-conceito transcende o âmbito econômico e avança na direção do pensamento político, do ensaio e também das humanidades (Déves-Valdés, 2014, p. 29).

Pode-se identificar a preponderância do aspecto econômico como elemento capaz de promover os demais aspectos relacionados à noção de desenvolvimento. Desde os anos de 1950, as políticas regionais consideradas bem-sucedidas apresentavam a defesa do crescimento econômico. O resultado foi a dimensão econômica tomando espaços de vida das pessoas. Regiões e localidades se interligaram em escala global que produziram

desigualdades e intensificaram formas de exploração do trabalho. Mesmo quando se verificou o crescimento econômico, as relações de desigualdade entre centro e periferia não foram reduzidas, pelo contrário, as distâncias foram ampliadas (Randolph, 2018).

A relação entre crescimento econômico e desenvolvimento não exclui necessariamente a noção ampla de desenvolvimento, mas vê na economia a saída para a promoção da melhoria de qualidade de vida população.

O tema desenvolvimento e o conceito propriamente dito estão ligados à ideia de “crescimento econômico”. Por isso, em muitas situações os dois conceitos foram empregados como sinônimos, ainda que, em termos técnicos, “desenvolvimento” sempre significou algo mais amplo que desenvolvimento econômico. [...] Em termos mais precisos, desenvolvimento foi associado com a industrialização, ao progresso tecnológico-científico, com a urbanização, com o aumento do ingresso do capital e a melhoria de condições de vida: alimentação, moradia, educação, saúde (Déves-Valdés, 2014, p. 30).

Outros elementos incorporados a essas discussões nos parecem importantes para refletir a respeito da ideia de desenvolvimento e suas implicações para o desenvolvimento regional. A compreensão dos desenvolvimentos geográficos desiguais nos dá subsídios para compreender de modo abrangente as intensas contradições do sistema capitalista globalizado, o que permite também definir quais seriam os possíveis campos de ação política. Isto por que a globalização traz consigo impactos significativos em termos de autodestruição e desvalorização em escalas e lugares diversos.

Diante desse universo de possibilidades das discussões sobre desenvolvimento, não seria possível afirmar que, de alguma forma, esse debate se esgotou? Consideramos, aqui, que pensar o desenvolvimento exige uma preocupação qualitativa, visto que corresponde a um processo de longo prazo que levou a transformações na vida das populações mais pobres nos países subdesenvolvidos e nas regiões periféricas. Como consequência, segue necessário refletir sobre desenvolvimento (Theis, 2008).

Para pensar as noções desenvolvimento e desenvolvimento regional se faz necessário problematizar o caráter desigual do desenvolvimento e sua materialização desigual nas regiões. Segundo Löwy (1995), a lei do desenvolvimento desigual pode ser utilizada para compreender as transformações das formações capitalistas periféricas, assim como as contradições econômicas e sociais dos países do capitalismo periférico. A tentativa dos países periféricos de alcançar os países desenvolvidos levou ao desenvolvimento desigual.

Segundo Smith (1988), a teoria do desenvolvimento desigual concentra sua preocupação com o processo e o padrão do desenvolvimento desigual especificamente capitalista, afirmando-se como uma lei universal da história humana, ou, de forma abstrata, como a essência da contradição. Levando em consideração que a geografia do capitalismo é

uma parte integral do modo de produção, o espaço passa a ser um conceito-chave para a compreensão do capitalismo. As características da geografia sustentam as explicações para o desenvolvimento desigual comercial e político de regiões e nações. A necessidade de expansão do mercado mundial do capitalismo leva a produção global de um espaço relativo. O capital se consolida sobre um espaço geográfico que já se encontrava diferenciado por complexos padrões espaciais. Na medida em que os espaços geográficos são ocupados pelo capital, o espaço relativo se torna mais funcional devido aos padrões hierárquicos que sistematicamente são incorporados às escalas espaciais.

Em uma perspectiva geográfica, o capital concentra-se e cresce demasiadamente num lugar na medida em que foi retirado de outros lugares. Nesse sentido, “o desenvolvimento desigual é, no mínimo, a expressão geográfica das condições do capital” (Smith, 1988, p. 217). A noção de desenvolvimento geográfico desigual é mais recente e se encontra na teoria do desenvolvimento desigual. A ênfase está na tentativa teórico-metodológica de conceber a natureza geográfica da desigualdade econômica, entre regiões e países, produzida pelo capitalismo (Theis; Butzke, 2009).

Nesse contexto, é tão importante compreender de que modo as diferenças geográficas estão sendo produzidas no presente quanto compreender os processos ocorridos no passado, em outros ciclos de atividade. O desenvolvimento desigual diz respeito à união da mudança de escalas e a produção das diferenças geográficas. Dessa maneira, devemos pensar em “diferenciações, interações e relações tanto interescares como intra-escares” (Harvey, 2004, p. 112).

A compreensão dos desenvolvimentos geográficos desiguais nos dá subsídios para analisar, de modo abrangente, as intensas contradições do sistema capitalista globalizado, o que permite também definir quais seriam os possíveis campos de ação política. Isto porque a globalização traz consigo impactos significativos em termos de autodestruição e desvalorização em escalas e lugares diversos (Harvey, 2004).

O olhar direcionado a América Latina requer o reconhecimento de expressões do desenvolvimento do capitalismo que colocaram ao longo da história a Europa como centro do mundo. O descobrimento da América pelos europeus e a dominação sobre os árabes em 1492 marcam na história um ponto de referência para o estabelecimento das relações de poder que determinam a universalização da cultura europeia para o mundo.

No “conceito emancipador de Modernidade está encoberto um “mito” [...] um componente mascarado, sutil, que jaz em geral debaixo da reflexão filosófica e de muitas outras posições teóricas do pensamento europeu e norte-americano. Trata-se do “eurocentrismo”- e seu componente concomitante: “a falácia desenvolvimentista” (Dussel, 1993, p. 17).

Como povo dominante da história, a Europa se apropria de uma espécie de direito absoluto sobre o momento de seu desenvolvimento em relação à outros povos. Essa relação “é a melhor definição não só de “eurocentrismo” mas também da própria sacralização do poder imperial do Norte e do Centro sobre o Sul, a Periferia, o antigo mundo colonial e dependente” (Dussel,1993, p. 22).

A centralidade europeia toma espaço também na produção de conhecimento e nas interpretações dos intelectuais sobre as relações sociais em seus mais diversos aspectos. Como aponta Dussel (1993) “A experiência não só do “descobrimento, mas especialmente da “conquista” será essencial na constituição do “ego” moderno, mas não só como subjetividade “centro” e “fim” da história” (p.23).

Outro ponto importante diz respeito ao desenvolvimento do capitalismo nas regiões subdesenvolvidas e suas particularidades. No caminho da reflexão de Augustin Cueva lançamos o olhar sobre as formas de reprodução ampliada do capitalismo e das contradições desse processo e sua materializam no espaço. Essa dinâmica faz parte do desenvolvimento:

El desarrollo del capitalismo en las áreas subdesarrolladas y dependientes no está regido por leyes “específicas”, distintas de las que gobiernan cualquier desarrollo capitalista. Lo cual significa, entre otras cosas, que no existe ley alguna que impida la reproducción ampliada del modo de producción capitalista, y por la tanto de sus contradicciones, en esta región del mundo. La pregunta sobre si puede o no haber “desarrollo en América Latina es, por consiguiente, una pregunta carente de sentido (Cueva, 2013, p.15).

Em relação ao desenrolar dos acontecimentos a partir da colonização da América e seu posicionamento como periferia vale problematizar algumas questões. A própria noção de descoberta merece atenção, visto que os povos com os quais os europeus se depararam não podem ser classificados como inferiores. Entre a diversidade de povos encontravam-se culturas aldeãs dedicadas a coleta e pesca e civilizações sofisticadas. Povos que foram conquistados pela violência, mas que apresentaram resistência a colonização em si e, no decorrer do tempo, ao direito de existir (Theis, 2015).

O favorecimento ao capital que se formava na Europa é outro elemento importante nesse emaranhado de relações constituídas a partir da colonização, pois a acumulação primitiva colonial foi essencial para o capitalismo, com destaque para o papel da mão de obra não-livre. Na conformação dessas características toma forma o desenvolvimento desigual que produz e reproduz desigualdades na América Latina (Theis, 2017).

O subdesenvolvimento que toma forma na América Latina integra o desenvolvimento do capitalismo em escala mundial e decorre da acumulação no sentido do desenvolvimento das metrópoles, baseada no sistema na exploração do trabalho não-livre e de extração de riquezas naturais. Inclusive, o fluxo de riquezas em direção às metrópoles não foi interrompido

com a independência política, a fragmentação do território e formação dos Estados Nacionais. Isso se deve a formação de grupos de uma minoria branca que assumem o controle dos Estados, ao fato de que não havia interesses em comum entre os grupos dominadores e a grande maioria da população, formadas por negros, índios e mestiços, pela continuidade da dominação não interrompida com a independência e pelo caráter inferior atribuído aos nativos, voltando a busca por soluções para fora (Theis; Butzke, 2017).

As condições de concentração constituem uma historicidade comum aos países latino-americanos que permitem um nível de abstração para captar o desenvolvimento nessa região. Não se trata do nível geral das leis do modo de produção capitalista, mas das singularidades que compõem as determinações e formações nacionais e do particular em que a historicidade comum se converte em problemática comum e define uma fisionomia própria para a região dentro da cadeia capitalista imperialista mundial.

3. O PENSAMENTO SOCIAL LATINO-AMERICANO E A NOÇÃO DE DESENVOLVIMENTO

Os desafios para compreender a produção de conhecimento sobre o desenvolvimento regional nos levam a outro ponto que parece se destacar: o fato de pouco olharmos “para o lado”. Os países latino-americanos possuem características comuns entre si, porém o “diálogo” com a produção científica desses países não parece tão sistemática quanto o “diálogo” com a produção científica europeia e norte-americana.

As teorias do desenvolvimento regional são produzidas em um cenário de expansão do capital pelo território. Esse processo de expansão cria uma divisão territorial do trabalho que se expressa em uma paisagem de constante mudança, mas marcada pela permanência ou ampliação das desigualdades. O desenvolvimento regional figura como solução para essas desigualdades. As possibilidades para enfrentar as desigualdades regionais estaria na promoção de desenvolvimento regional a partir de três possibilidades: o mercado, o Estado ou pela autonomia (Theis *et al.*, 2022).

As duas primeiras possibilidades, com alternativas via autorregulação do mercado ou intervenção do Estado, são mais frequentemente encontradas quando se trata de desenvolvimento e desenvolvimento regional. Já a possibilidade da autonomia se apresenta como possibilidade para pensar outras formas de mobilizar o desenvolvimento regional.

Nas últimas três décadas, a centralidade das regiões e localidades passa a configurar uma característica significativa nas análises sobre a reestruturação econômica-institucional e espacial do capitalismo. Tal centralidade foi atribuída tanto pela comunidade acadêmica quanto pelos agentes políticos. Pautados pela agenda científica, foram desenvolvidos programas institucionais, de escalas regionais e locais, visando a promoção do desenvolvimento. Esses programas mobilizaram um conjunto diverso de conceitos como, por

exemplo, distritos, clusters, regiões inteligentes, cooperação, capital e densidade institucional. O uso desses conceitos contribuiu para uma “nova ortodoxia regionalista/localista” ou um “pensamento único localista”. Esse processo teve início nos países centrais e se estendeu para as periferias com destaque para a América Latina (Fernández, 2018).

As discussões elaboradas a partir da noção de escala podem ser observadas de forma consistente desde os anos 1980 na América do Norte e desde os anos 1940 na produção original da América Latina a respeito do desenvolvimento capitalista nas periferias:

[...] de um lado, já se detém um amplo e consistente patrimônio científico no Atlântico Norte, de quase quarenta anos (1980-2017), que elaborou uma reflexão categorial, que poderia ser considerada um léxico escalar sofisticado, que agora se encontra consolidado. de outro, se construiu, em uma trajetória mais larga, no período 1940-2017, portanto durante quase oito décadas, um pensamento original na América Latina sobre a natureza e as especificidades do funcionamento do capitalista em suas periferias e sobre os estilos, padrões e formas institucionais da variação capitalista subdesenvolvida do Atlântico sul, sobretudo daqueles espaços com maior desenvolvimento das forças produtivas (portanto inseridos de forma diversa no contexto do sul Global) (Brandão, 2018, p. 326).

Ainda que a prática regionalista tenha mobilizado políticos e acadêmicos, os resultados das intervenções a partir delas não foram necessariamente promissores. No contexto do subcontinente, foram mantidas as desigualdades macrorregionais e nacionais e, como consequência, a América Latina segue a região mais desigual do mundo. No interior dos espaços nacionais, as ações no sentido da prática de mecanismos de mercado ou pelo desenvolvimento endógeno estão longe de se materializarem na realidade, contribuindo para a manutenção e aprofundamento das desigualdades inter-regionais (Fernández, 2018).

Em relação a noção de pensamento social latino-americano é importante reconhecer os questionamentos em relação a constituição do termo como um campo do saber. Em diferentes trabalhos se observam perguntas como: existe de um pensamento social latino americano? Como definir o pensamento social latino americano? Trabalhos produzidos desde a América Latina e/ou sobre a América Latina configuram esse campo?

A questão sobre o pensamento social latino-americano tem origem na própria dificuldade que temos em definir o que é latino-americano e a América Latina:

o que se quer saber é como se pode pensar num pensamento latino-americano, ou seja, em algo que é atribuído a alguém, se nem mesmo a existência desse alguém é certa. Falta de clareza que resulta de um fato simples: a unidade do nosso alguém, a América Latina, não pode ser tomada como evidente (Ricupero, 2003, p. 82).

Podemos considerar alguns exemplos do que não torna evidente a existência de uma América Latina, há uma diversidade significativa de características geográficas, históricas, econômicas em políticas entre as nações que consideramos latino-americanas. Como

identificar algo em comum entre países tão distintos como El Salvador e a Argentina, ou ainda no interior de um país de tanto contraste e diversidade como o Brasil? Contudo, mesmo diante desse cenário diverso há a proximidade das línguas e uma aproximação entre tradições e religiões entre as nações que formam a América Latina (Ricupero, 2003).

Característica que também confere unidade é a forma como o subcontinente se relaciona com o resto do mundo, como se vê e é vista pelos outros. Afinal das contas, estamos tratando de uma questão de identidade, logo, parece haver uma espécie de comunidade de destino para os latino-americanos: “da conquista, passando pela colônia, aos nossos dias, mais do que em outros lugares, a nossa sorte parece ter sido decidida ‘de fora’: antes, principalmente, pela Europa; depois, ao norte do Rio Grande, dos Estados Unidos” (Ricupero, 2003, p. 82).

Outro ponto importante, a América Latina devido a elementos históricos, culturais e econômicos está mais próxima do Ocidente do que do Oriente: “A Nossa América, tal como a conhecemos, é mesmo um produto da Europa, ou melhor, de sua expansão ultramarina [...]. Portanto, mais do que classe média do mundo, a América Latina é outro Ocidente, periferia afastada [...]” (Ricupero, 2003, p. 87).

Reconhecendo os esforços de produção intelectual desde a América Latina e para compreender a América Latina podemos pensar em dois obstáculos impostos a valorização e reconhecimento dessa produção: um externo e outro interno. O obstáculo externo diz respeito a luta simbólica que reproduz relações de dominação e dificulta o reconhecimento desse conhecimento nos grandes centros. O obstáculo interno se refere ao sentimento de inferioridade imposto pelo modelo euroamericano em seu projeto de modernidade. Pode-se destacar duas consequências desses obstáculos: nos programas das disciplinas nas ciências sociais presença marcante de modelos exógenos para compreensão das questões locais e o status privilegiado que o conhecimento produzido nas sociedades modernas capitalistas como única ciência viável (Pinto, 2012).

Na trajetória do pensamento social se evidencia que é possível pensar em um pensamento originalmente latino-americano quando reconhecemos que mesmo com o uso de categorias não inéditas a suas formas de assimilação e interpretação são peculiares e destaca a importância de valorizar diferentes tipos de conhecimento e reconhecer os lugares de onde se fala (Pinto, 2012).

Dentre os esforços significativos nesse cenário a teoria da dependência e os estudos produzidos pela CEPAL figuram como o caminho alternativo quando se propõe pensar o desenvolvimento pela perspectiva latino-americana. Porém, os arranjos e configurações de nosso desenvolvimento parecem demandar outros ângulos teóricos para dar conta da complexidade dessas relações. Mesmo diante da produção intelectual significativa da CEPAL, os arranjos e configurações de nosso desenvolvimento demandaram outros ângulos teóricos

para dar conta da complexidade dessas relações. Diferentes esforços têm se desenvolvido na América Latina no cenário do pensamento social. Essas análises propõem, por diferentes caminhos, refletir acerca da modernidade, das hierarquias nas relações de poder, da globalização, do Estado-nação a partir do ponto vista latino-americano.

Estudos produzidos sobre e desde a América Latina costumam apresentar a influência dos contextos de crise, desde o fim da Segunda Guerra Mundial e de forma mais visível no fim dos anos 50, sobre o pensamento social. A crise não influencia de forma exclusiva o pensamento social, visto que leva a mudanças nas estruturas sociais: “a crisis que nos afecta es una fase crucial de nuestra historia que lleva al cambio de las estructuras tradicionales de la sociedad latino-americana” (Fals Borda, 2015, p. 220).

Esse movimento expõe um processo de alcance universal e irreversível de desorganização interna que leva a formação de um novo tipo de coletividade. Como passa por todos os níveis da sociedade tem implicações sobre os cientistas sociais: “por eso los científicos sociales, como todas las demás personas, participan del conflicto e inevitablemente reflejan y expresan las disyuntivas, paradojas, complejidades y dificultades de la crisis” (Fals Borda, 2015, p. 220).

Nas palavras de Devés-Valdés o pensamento latino americano é marcado pela diversidade. Nesse cenário complexo dois pontos nos chamam atenção: a presença marcante das discussões em torno da noção de desenvolvimento (e subdesenvolvimento) no século XX (Devés-Valdés, 2014) e a abrangência significativa das reflexões acerca da identidade, das críticas à globalização e da falta de radicalidade - com suas devidas exceções, evidentemente - na virada do século XX (Devés-Valdés, 2012).

Diante desse contexto, é possível observar, em todo o percurso teórico do pensamento social latino-americano: (I) a forte presença de teorias e conceitos vindos dos países centrais – fato que nos levar a refletir sobre a originalidade e a conexão do pensamento social com a questão social em termos regionais; (II) o período inicial – considerando, aqui, o final do século XIX e início do século XX – marcado por interpretações dos processos de colonização e formação do Estado-nação com a presença de abordagens positivistas e de outro com a formação de um pensamento de esquerda; (III) influência da institucionalização das ciências sociais; (IV) a influência dos debates sobre desenvolvimento e dependência na segunda metade do século XX; (V) a influência dos governos autoritários e processos de redemocratização; (VI) e a presença, na virada do século XX para XXI, de reflexões acerca da própria produção do pensamento social e seus intérpretes.

4. CONTRIBUIÇÕES DO PENSAMENTO SOCIAL LATINO-AMERICANO PARA INTERPELAR O DESENVOLVIMENTO REGIONAL: A NOÇÃO DE COLONIALISMO INTERNO

O debate sobre o colonialismo interno é retomado como crítico ao dualismo do desenvolvimentismo e das teorias da modernização na segunda metade do século XX. As reflexões a partir desse conceito permitem compreender como a dependência externa se converte em dominação interna e a forma como as populações de nativos são tomadas como parte do Estado. Desse grupo, têm destaque os trabalhos do norte-americano Charles Wright Mills e dos mexicanos Rodolfo Stavenhagen e Pablo González Casanova (Pinto, 2012).

A noção de colonialismo interno desenvolvida por Pablo Gonzalez Casanova permite problematizar a expressão de dimensões coloniais da economia, política, sociedade e cultura que tomam espaço na história dos Estado-nação e do desenvolvimento capitalista e que se relacionam com as alternativas. Essa análise aponta para elementos como o avanço da social-democracia foi cooptado pelos poderes coloniais deixando em segundo plano a superação das injustiças do colonialismo. Na América Latina a relação com as lutas de classe e o poder do Estado aparece velada caracterizando o desafio de pensar como se conformam as relações de luta para superação das desigualdades:

Se em um caso o colonialismo interno enriquece a compreensão e a ação das lutas dos trabalhadores e dos povos oprimidos, em outros coloca o problema das diferenças e semelhanças dos campos de luta que não somente interessam aos trabalhadores ou aos povos oprimidos, mas a todas as forças ocupadas em construir um mundo alternativo a partir do local até o global, a partir do particular até ao universal (González Casanova, 2007, p.42).

Ao tratar do colonialismo interno González Casanova buscou demonstrar a dimensão interna do fenômeno colonial presente na dimensão internacional e apresentar uma categoria para explicação sociológica para o subdesenvolvimento e explicação operacional dos problemas das sociedades subdesenvolvidas. Para o sociólogo a categoria de colonialismo, centrada em aspectos jurídicos e políticos, por si só, não era insuficiente para dar conta das mudanças na estrutura colonial (Torres Guillén, 2014).

Em uma colônia, há uma condição de monopólio da exploração dos recursos naturais, do trabalho, do mercado de importação e exploração, dos investimentos e das receitas fiscais. Esse processo se estende por diferentes áreas, como a cultura e comunicação, fazendo com que formas de comunicação se realizem através da metrópole. É nesse contexto que a economia se complementa à metrópole e configura um quadro de dependência econômica, relações desiguais, impossibilidade de negociação. Esses elementos se tornam viáveis formas de exploração de mão de obra, monopólio dos recursos e sistemas de repressão (Torres Guillén, 2014).

O conceito de colonialismo interno pode ser utilizado para analisar fenômenos resultantes do conflito entre culturas que geram processos de discriminação, exclusão ou invisibilização social. Outras possibilidades de análise estão em desvelar elementos de

assimetrias sociais que não podem ser explorados somente através de uma análise de classes, como relações entre populações diferentes com suas próprias distinções de classe. Esse tipo de análise permite problematizar porque em *sociedades duais* o colonialismo permanece mesmo após as independências políticas.

Vale sinalizar que o uso do conceito de colonialismo interno não está restrito à interpretação de sociedades nos países com significativas mobilizações indígenas. É possível ampliar os usos dessa linha de investigação para uma interpretação mais complexa de todas as realidades pós-coloniais (Martins, 2015).

Nesse sentido, o conceito de colonialismo interno pode nos ajudar a compreender a produção intelectual na América Latina. Na obra *La democracia en Mexico*, de 1965, González Casanova, ao tratar do problema, faz a seguinte colocação:

En las ciencias sociales, como en el terreno jurídico, hemos tendido a aplicar a nuestra realidad, de un modo automático, las categorías y conceptos europeos que se fundan en la experiencia política de Europa. Parece haber sido más fácil a nuestra mente –en sus circunstancias– forzar el comportamiento de los hechos para que se ajusten a los modelos de los países dominantes, que hallar nuestros modelos. Y aunque esta situación desaparece ya del panorama intelectual, con los procesos de independencia cultural y política de los países subdesarrollados, los caminos concretos de investigación apenas forman brechas (González Casanova, 1965, s.p.).

A questão da universalidade da ciência também aparece em reflexões como de Fals Borda ao tratar do fenômeno da

[...] incidencia sobre determinados grupos académicos y políticos de Europa y Norteamérica de una contracorriente intelectual autonómica que se ha formado entre nosotros, los del Tercer Mundo, dentro y fuera de las universidades. Junto a este fenómeno, como elemento de refuerzo de la misma tendencia, figura un mayor y respetuoso conocimiento de la realidad cultural y humana de nuestras sociedades tropicales y subtropicales, adquirido durante este periodo tanto por nosotros como por europeos y norteamericanos (Fals Borda, 2015, p. 224).

Alguns pontos merecem atenção sobre esse processo: a existência de grupos de cientistas sociais e políticos com produção independente provocando efeitos para além das fronteiras nacionais e o acúmulo de novas informações sobre nossas sociedades formando a base para uma reflexão teórica e metodológica própria, que representam uma mudança em relação às reflexões anteriores, usualmente, exógenas e eurocêntricas. Ainda que trabalhos com essas características não tenham desaparecido, reproduzidos pela inércia das instituições acadêmicas e dos meios de comunicação de massa produzidos por grupos colonizados intelectualmente, sua produção não tem o mesmo impacto para além das fronteiras nacionais (Fals Borda, 2015).

Considerando esse contexto de produção intelectual, o conceito de colonialismo interno configura tanto um marco interpretativo, quanto um fenômeno que explica o movimento do capitalismo nos planos externos e internos; possui importância epistêmica e epistemológica, permitindo interpretações dinâmicas das estruturas de poder no contexto da colonialidade; e contribui para analisar as hierarquias morais estabelecidas entre colonizadores e colonizados (Martins, 2015).

As análises apresentadas até aqui colocam diante de nós processos de desenvolvimento capitalista, produção do espaço, produção do conhecimento científico e suas expressões nas relações sociais verifica-se o desafio de produzir outras análises sobre o desenvolvimento regional brasileiro. Análises que reconheçam as expressões da colonialidade em dois sentidos: na conformação das forças produtivas, relações sociais e conformação do espaço e na produção de conhecimento sobre essas dinâmicas.

Reconhecendo os efeitos dos processos descritos até aqui, do reconhecimento da reprodução das desigualdades sociais e das críticas as alternativas colocadas, até então, como possíveis. Teríamos outros caminhos possíveis? Outras formas de pensar aquilo que entendemos hoje como desenvolvimento? Parece haver elementos suficientes em experiências latino-americanas e seus movimentos sociais para indicar novas formas de utopia.

5. O PENSAMENTO SOCIAL LATINO-AMERICANO E AS ALTERNATIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO

As críticas direcionadas ao capitalismo parecem mostrar que há uma espécie de desilusão com as formas tradicionais de política, do pensamento crítico e até uma crise civilizatória, mas paradoxalmente, vivemos tempos utópicos. A utopia atual não é aquela que costumávamos associar à um futuro, mas sim uma utopia concreta e do cotidiano que organiza milhões de pessoas na direção de um mundo plural e digno para além do neoliberalismo. O ponto aqui é deslocar a visão a partir do político-institucional para a sociedade. O que não significa ignorar ou deixar de lado o Estado e as instituições. O propósito é mudar o foco de análise (Dinnerstein, 2016).

O elemento mais importante da construção social da desesperança foi o uso da democracia e da lei que legitimaram um terrorismo do dinheiro em nome da estabilidade. A diferença entre os governos ditatoriais e os democráticos neoliberais está na concessão de um status legal a subordinação política da lei do valor. Esse paradoxo se apresenta quando pensamos que a estabilidade financeira exige a desestabilização da vida das pessoas (Dinnerstein, 2016).

A crise latino-americana toma corpo a partir da consciência coletiva de tipos de problemas políticos que exigem como solução a transformação profunda da sociedade. Esses

problemas políticos podem ser divididos em dois grupos a partir do reconhecimento dos limites do desenvolvimentismo e dos mecanismos próprios de dominação:

1. Las limitaciones del reformismo (o desarrollismo) y sus campañas, que, aunque bien intencionadas a veces, no han inducido sino cambios marginales en la sociedad. Como ésta, a pesar de todo, se sigue desorganizando, la crisis exige ahora soluciones más integrales y significativas de tipo estructural. 2. La revelación de los mecanismos propios de una dominación bastarda y de una inicua explotación, lo que lleva a concebir la posibilidad de cortar los vínculos coloniales internos y externos en que ellas se basan, suscitando el enfrentamiento en unos, y en otros la represión violenta (Fals Borda, 2015 , p. 222).

Diante desses problemas se faz necessário pensar em um movimento de transformação capaz de uma subversão total no plano interno e o rompimento com vínculos externo de exploração e dominação. Esse movimento seria capaz de impulsionar a construção de “una sociedad más satisfactoria, capaz de autodeterminarse y de autorrealizarse” (Fals Borda, 2015, p. 222). As ciências sociais latino-americanas podem contribuir nessa dinâmica ao revelar mecanismos políticos, ao apontar as condições objetivas das crises e demonstrar a racionalidade presente nesses processos. Além disso, pode elucidar em seus estudos dimensões e experiências práticas que se conformam na realidade.

As estratégias reformistas apresentadas até então em nome do desenvolvimento social foram capazes de promover transformações superficiais que acabaram por aumentar a distância entre os grupos e criaram uma barbárie técnica moderna. O ponto está em promover transformações não apenas nas condições materiais, mas também os domínios morais e espirituais: “para ganar la autodeterminación política y la autorrealización intelectual que permitan a nuestra región articularse como un todo ante el mundo se necesita formar un hombre latinoamericano nuevo” (Fals Borda, 2015, p. 223).

As ciências sociais respondem a crise e buscam reorientar sua produção para atender as urgências atuais da sociedade. Aqui temos um ponto importante, um movimento que caracteriza a produção de conhecimento nas ciências sociais latino-americanas na tentativa de produzir conhecimento a partir da interpretação da sua própria realidade. Essa mudança coloca em questão as bases conceituais formadas até então com referências significativamente eurocêntricas. Fals Borda descreve essa mudança como um processo de superação da servidão intelectual e, ao mesmo tempo, de construção de uma dimensão política de uma ciência central para enfrentar a crise.

[...] a sociología, al sufrir la crisis, se reorienta hacia las urgencias actuales de la sociedad. Sin ánimo de abusar de los adjetivos, parecería que la sociología latinoamericana, al reorientarse en estos momentos, fuera dejando poco a poco su servilismo intelectual —que la ha llevado a la adopción casi ciega de los

modelos teóricos y conceptos desadaptados a nuestro medio, pero que tienen sus referentes en Europa y los Estados Unidos—, para tratar de “andar sola” y ensayar su propia interpretación de nuestras realidades. Al mismo tiempo, casi sin notarlo, va adquiriendo una dimensión política central para desentrañar el sentido de la crisis, convirtiéndose en ciencia estratégica para el presente y clave para el porvenir del área (p.224).

A ciência produzida nesse contexto tem o potencial de aliar teoria e prática no sentido de propor um projeto político libertador, integrando os requisitos de produção do conhecimento científico a tarefas práticas e concretas de luta para a reestruturação da sociedade latino-americana. Assim surgiria um conjunto de teorias e conceitos pensando como resposta para a superação da crise, “porque para cambiar el mundo es necesario comprenderlo (Fals Borda, 2015, p. 224).

No caso da América Latina desde a década de 1990 diversos movimentos sociais têm atuado de forma a contrapor as políticas neoliberais através de formas articuladas e padronizadas por sujeitos novos e plurais

Estas disputas son el punto de partida concreto para el análisis pues nos brindan la oportunidad de generar nuevos o renovados horizontes, ideas y prácticas que no solo se oponen al capitalismo colonial y patriarcal, sino que lo superan en muchos aspectos. Son una fuente de inspiración. Esto es particularmente importante en este momento del mundo (Dinerstein, 2016, p. 353).

O panorama dos movimentos sociais é complexo e não é uniforme. Aqueles dedicados às manifestações e outras ações públicas tendem a ser mais afetados, enquanto aqueles de base territorial tendem a uma situação melhor. Aqui tem destaque na América Latina os zapatistas, os nasa-misak e os mapuche. O que também vale para outros tipos de projetos autogestionados. Contudo, o militarismo, o fascismo e as tecnologias de controle da população apresentam um risco para os movimentos, podendo até reverter as conquistas alcançadas antes da crise (Zibechi, 2020).

Vale apontar que os movimentos sociais que propõe alternativas aos arranjos do sistema capitalista já eram importantes antes da crise desencadeada pela pandemia, agora podem tomar ainda mais destaque para entender nossos desafios diante do sistema e pensar além dele.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cenário que se descortina na América Latina apresenta intensos desafios para lidar com as consequências da conformação do desenvolvimento regional nas últimas décadas e, quem sabe, superá-las. O processo acumulação de capital através das estratégias neoliberais já mostrava impactos significativos sobre a vida das pessoas – de forma negativa quando

pensamos nas periferias, nos excluídos e distantes dos benefícios que o sistema pode oferecer.

O desenvolvimento regional implica, frequentemente, crescimento econômico. O capital avança pelo território, mas é socialmente excludente. O avanço do capital não significa redução das desigualdades socioeconômicas e aumento da autonomia da população em relação as suas necessidades (Theis, 2022).

A crise dessas primeiras décadas do século XXI escancara as desigualdades sociais e a fragilidade dos Estados na construção de projetos de mudança social. Desde a sua formação, os Estados nacionais da América Latina têm estado mais próximos aos interesses das elites europeias e mais distantes da população – nos primórdios, composta majoritariamente por indígenas e afrodescendentes. No contexto de primazia do capital, os interesses dos empresários não estiveram alinhados ao fortalecimento da economia nacional, mas ao avanço do capital sobre os territórios. Por essas razões o capital, como forma econômica, tem atuado em contradição com os interesses da população, e o Estado, como forma política, tem protegido os interesses do capital (Theis, 2022).

A proposta de reflexão sobre as formas de colonização da produção do conhecimento científico contribui para a compreensão dos desenvolvimentos geográficos desiguais e nos dá subsídios para compreender de modo abrangente as intensas contradições do sistema capitalista globalizado, o que permite também definir quais seriam os possíveis campos de ação política. A possibilidade de construir um caminho para pensar o desenvolvimento regional a partir das contribuições latino americanas permite a construção de um conhecimento reflexivo acerca da produção do conhecimento sobre desenvolvimento regional na América Latina.

Considerando o ponto de vista latino-americano as análises apresentam em comum uma tendência crítica as “saídas” para a superação das desigualdades sociais nas últimas décadas. Essas saídas, usualmente, direcionadas ao mercado e ao Estado são apresentadas nas propostas de desenvolvimento regional. Diante desse cenário, o reconhecimento de que o desenvolvimento regional pode expressar parte da narrativa resultante da colonialidade do pensamento científico pode abrir caminhos para a produção de análises a partir da materialidade das condições de vida e, conseqüentemente, dos problemas latino-americanos, bem como desvelar iniciativas alternativas de desenvolvimento alicerçadas em outros pilares diversos daqueles estabelecidos pelo desenvolvimento capitalista.

O agravamento das desigualdades socioeconômicas pode ser uma oportunidade de mudança. Diante do panorama de intensificação da crise econômica e de piora nas condições de vida das pessoas na América Latina, seria essa a oportunidade de mudança? Parece um cenário apropriado e instigante para apontar possibilidades radicais de mudança ou para

compreender quais serão, de fato, as saídas, para crise. Ainda assim, é possível reconhecer que o sistema constituído até então nos colocou obstáculos significativos para lidar com uma pandemia. Sendo assim, parece um momento apropriado reforçar a relevância de estudos e reflexões que nos possibilitem questionar: quais saídas podemos construir para além do Estado e do mercado? Quais saídas para além daquelas pensadas para reduzir os danos do capitalismo?

A produção acadêmica sobre desenvolvimento regional apresenta potencial significativo para a construção de uma nova agenda de pesquisas, capaz de reposicionar a noção de desenvolvimento. O desafio está em substituir a noção de desenvolvimento do horizonte utópico, passando a tratar o “desenvolvimento como um processo empiricamente verificável” (Theis, 2022b, p.19) e construindo um horizonte utópico em direção a um “impulso pela autodeterminação social” (Theis, 2022b, p.19).

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Antônio. Anotações para uma geoeconomia política transescalar do subdesenvolvimento histórico- geográfico desigual na periferia do capitalismo: lições para América Latina? In: BRANDÃO, Carlos Antônio; FERNÁNDEZ, Victor Ramiro; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (Organizadores). **Escalas espaciais, reescalamentos e estatalidades**: lições e desafios para América Latina. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2018.

CUEVA, Augustin. Autoritarismo y fascismo en América Latina. Centro de Pensamiento Crítico. Primera edición: enero 2013. Serie: **Cuadernos Políticos** No. 2. Disponível em: <https://elsudamericano.files.wordpress.com/2015/03/agustin-cueva-fascismo-y-autoritarismo-en-america-latina.pdf>. Acesso em 24 jul. 2024.

DÉVES-VALDÉS, Eduardo Devés. **O pensamento latino-americano na virada do século**. Ijuí: Editora Unijuí, 2012.

DÉVES-VALDÉS, Eduardo Devés. **O pensamento latino-americano no século XX**: da Cepal ao Neoliberalismo. Ijuí: Editora Unijuí, 2014.

DINNERSTEIN, Ana Cecília. ORGANIZANDO LA ESPERANZA: UTOPIÁS CONCRETAS PLURIVERSALES CONTRA Y MÁS ALLÁ DE LA FORMA VALOR. **Educ. Soc.** [online]. 2016, vol.37, n.135, pp.351-369. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302016000200351&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 24 jul. 2024.\

DUSSEL, Henrique. **1492**: O encobrimento do outro (A origem do “mito da Modernidade”). Petrópolis. Vozes: 1993.

FALS BORDA, Orlando. **Una sociología sentipesante para América Latina**. México, D. F.: Siglo XXI Editores; Buenos Aires: CLACSO, 2015.

FERNÁNDEZ, Victor Ramiro. desenvolvimento regional sob transformações transescalares: porque e como recuperar a escala nacional? In: BRANDÃO, Carlos Antônio; FERNÁNDEZ, Victor Ramiro; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (Organizadores). **Escalas espaciais, reescalamentos e estatalidades**: lições e desafios para América Latina. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2018.

GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. **La democracia en México** (Problemas De Mexico) (Spanish Edition) . Ediciones ERA. Edição do Kindle, 1965.

GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2007. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/formacion-virtual/20100715084802/cap19.p> Df. Acesso em 24 jul. 2024.

HARVEY, David. Espaços de Esperança. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HARVEY, David. A Produção Capitalista do Espaço. São Paulo: Annablume, 2005.

LÖWY, Michael. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. **Outubro**, p. 73-80, 1995.

MARTINS, Paulo Henrique. “El colonialismo interno y los estudios postcoloniales en América Latina”. **Ponencia presentada en el XXX Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología**, San José, Costa Rica. Grupo de Trabajo 6: “Imaginaros sociales, memoria y decolonialidad (2015). Disponível em: <http://sociologia-alas.org/congreso-xxx/ponencias/>. Acesso em 24 jul. 2024.

PINTO, Simone Rodrigues. O Pensamento Social e Político Latino-Americano: etapas de seu desenvolvimento. **Revista Sociedade e Estado**. Volume 27, Número 2, Maio/Agosto 2012.

RANDOLPH, Rainer. Espaço de vida, espaço econômico e as contradições no desenvolvimento regional. **Novos Cadernos NAEA**, [S.l.], v. 21, n. 2, dez. 2018. ISSN 2179-7536. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/5806/5222>. Acesso em: 24 jul. 2024.

RICUPERO, Bernardo. Existe um pensamento marxista latino-americano? In: COGGIOLA, Osvaldo (org.). **América Latina: encruzilhadas da História Contemporânea**. São Paulo: Xamã, 2003.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção de espaço**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1988.

THEIS, Ivo Marcos. Será possível continuar falando em “desenvolvimento” no século XXI? In: THEIS, Ivo Marcos (org.). **Desenvolvimento e território: questões teóricas, evidências empíricas**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008.

THEIS, Ivo Marcos; BUTZKE, Luciana. O paradoxo da geografia no capitalismo mundializado: revisitando a lei do desenvolvimento desigual e combinado. In: **Anais do 6º Colóquio Internacional Marx e Engels**. GT 4 - Economia e política no capitalismo contemporâneo. 2009.

THEIS, Ivo Marcos; BUTZKE, Luciana. Desenvolvimento Regional no Brasil: inserção subordinada na economia mundial e fragmentação do território. Anais da XVII ENANPUR. São Paulo 2017. Disponível em: anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/download/2240/2219/. Acesso em 24 jul. 2024.

THEIS, Ivo Marcos. Hic et nunc: qual concepção de desenvolvimento quando se trata de desenvolvimento regional? **Revista brasileira de estudos urbanos e regionais**. v. 24, E202224pt, 2022b. Disponível em: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202224pt>. Acesso em 24 jul 2024.

THEIS, Ivo Marcos; FERRERA DE LIMA, Jandir; MARQUES DE OLIVEIRA, Nilton; BARBOSA, José Luciano Albino; RANDOLPH, Rainer. DESENVOLVIMENTO REGIONAL: CONSTRUÇÃO DE UM CAMPO DE SABER?. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, [S. l.], v. 18, n. 1, 2022. DOI: 10.54399/rbgdr.v18i1.6383. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/6383>. Acesso em: 24 jul. 2024.

TORRES GUILLÉN, Jaime. El carácter analítico y político del concepto de colonialismo interno de Pablo González Casanova. **Desacatos**, núm. 45, mayo-agosto 2014, pp. 85-98. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/pdf/desacatos/n45/n45a8.pdf>. Acesso em 24 jul. 2024..

ZIBECHI, Raúl. A las puertas de un nuevo orden mundial. In: Giorgio Agamben, Slavoj Žižek, Jean Luc Nancy, Franco “Bifo” Berardi, Santiago López Petit, Judith Butler, Alain Badiou, David Harvey, Byung-Chul Han, Raúl Zibechi, María Galindo, Markus Gabriel, Gustavo Yañez González, Patricia Manrique y Paul B. Preciado. **Sopa de Wuhan**, Editorial: ASPO (Aislamiento Social Preventivo y Obligatorio), 188 páginas 1.a edición: marzo 2020.